

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE POR EMPREENDEDORES DO SETOR COMERCIAL DE LARANJA DA TERRA-E.S.

MIGUEL CARLOS RAMOS DUMER

Rede Doctum

prof.migueldumer@gmail.com

THIAGO ALBERTO DOS REIS PRADO

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

thigoalberto@pontal.ufu.br

MARLINE CRAUZER

FAAC / Iseac

marlinecrauzer@hotmail.com

FABIANA LEFFER

FAAC / Iseac

fabianaleffler@hotmail.com

Área Temática: A figura do Empreendedor: Perfil, Personalidade, Comportamento e Competências.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE POR EMPREENDEDORES DO SETOR COMERCIAL DE LARANJA DA TERRA-E.S.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é compreender se empresários do município de Laranja da Terra-ES conhecem e estabelecem efetivamente diferenciação entre patrimônio dos sócios e patrimônio da entidade, conforme preconizado pelo princípio contábil da entidade. Utilizou o método *survey*, através de entrevista orientada por questionário, aplicado a 50 empresários/gestores. Os resultados evidenciaram que a maioria quase absoluta não manifesta possuir qualquer conhecimento sobre o termo Princípio da Entidade, porém, nas questões que avaliaram conhecimentos práticos, a maioria demonstrou opiniões alinhadas com o princípio, porém não executam tais condutas, demonstrando descompasso entre conhecimento das condutas recomendadas e a prática.

Abstract

This paper tries to understand if the entrepreneurs of the city Laranja da Terra – ES, knows and effectively establish differentiation between shareholders' patrimony and entity's patrimony, as recommended by the accounting principle of entity. Used the survey method through interviews guided by a questionnaire, applied to 50 entrepreneurs / managers. The results showed that almost a majority expresses none knowledge of the term Principle of Entity. About the questions that evaluated practical knowledge, most showed opinions aligned with the principle but declare a low level of implementation of these practices, demonstrating the divergence between the knowledge on recommended behavior and practice.

Palavras-chave: Entidade, Princípio da Entidade, Gestão de Empresas.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade, como ciência social aplicada, possui como uma de suas funções o papel de auxiliar as empresas em suas necessidades informativas sobre a situação patrimonial, a fim de contribuir para sua a boa gestão. É notório que micro e pequenas empresas têm conquistado cada vez mais espaço na economia brasileira, espera-se que o gestor de uma dessas entidades possua conhecimentos suficientes de temas e normas relacionados administração e a contabilidade, para que os utilize na gestão do empreendimento.

Entre os principais norteadores da contabilidade estão os Princípios Contábeis. É possível afirmar que a contabilidade é regida por eles e que na fixação de normas da informação contábil, os princípios são macro-regras que orientam a tudo (Sá, 2008). Estes são uma base para que a contabilidade possa exercer sua função de maneira satisfatória, sendo eles compostos pelo Princípio da Entidade; o da Continuidade; o da Oportunidade; o do Registro Pelo Valor Original; o da Competência e o Princípio da Prudência (CFC, 2010).

O Princípio da Entidade estabelece o início do desenvolvimento do raciocínio contábil e pode ser considerado como a base de sua estrutura (Iudícibus; Marion, 2002). Em sua essência, o Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma que este deve conter autonomia patrimonial, ou seja, deve existir diferenciação entre os patrimônios dos proprietários e das organizações (CFC, 2010).

Paganotto *et al* (2007) constataram ser o Princípio da Entidade, dentre todos outros, o menos praticado pelos gestores investigados, o que pode ser caracterizado como uma situação preocupante, tendo em vista que, para Oliveira e Leite Filho, (2006); e Lucena e Lucena (2010), a não aplicação desse Princípio pode acarretar em dificuldade financeira para os empreendimentos, podendo até comprometer sua continuidade.

1.1 Problema de pesquisa e objetivos

A pesquisa aborda o seguinte problema: **Os empreendedores do município de Laranja da Terra conhecem e estabelecem a diferenciação entre o patrimônio dos sócios e o patrimônio da entidade?**

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é compreender se os empreendedores do município de Laranja da Terra conhecem e estabelecem a diferenciação entre o patrimônio dos sócios e o patrimônio da entidade.

Além disso, identifica condutas e comportamentos específicos dos empreendedores no tocante a problemas típicos relacionados ao Princípio da Entidade. Identifica o tipo das organizações e traça um perfil dos empreendedores quanto a idade, escolaridade e experiência, tentando identificar possíveis relações entre algumas destas características e suas opiniões e condutas.

Desta forma, ao tratar o problema acima proposto, serão abarcadas características como a abordagem de questões do mundo real e potencial para a obtenção de resultados inovadores, considerados aspectos relevantes para pesquisas que estudem a relevância da contabilidade para o gerenciamento de empresas (Chow; Harrison, 2002).

Importante salientar que, entre a maioria dos organismos e autores do pensamento contábil não existe consenso na definição de entidade enquanto categorização hierárquica campo científico (Azevedo, 2010). Por muitos é tratado como postulado e/ou axioma, por outros como princípio. Contudo, a presente pesquisa, utilizará a terminologia “Princípio da Entidade”, seguindo a nomenclatura do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que o coloca como norteador de uma importante macro-regra contábil, e em especial para esta pesquisa, um norteador necessário para práticas de gestores, assim como adotado nos trabalhos de Oliveira e Leite Filho, (2006); e Lucena e Lucena (2010).

O método de pesquisa utilizado foi o *survey*, que para Freitas *et al* (2000, p. 105-106) é recomendado quando “o interesse é produzir descrições quantitativas de uma população” e quando “o ambiente natural é a melhor situação para estudar o fenômeno de interesse”. Quanto ao propósito, pode ser classificada como descritiva, que, segundo Vergara (1998), possibilita identificar e expor características de uma determinada população e/ou fenômeno. O fenômeno a ser abordado e identificado será o nível de conhecimento e aplicação do Princípio da Entidade, e a população estudada, para compreender suas percepções e práticas sobre o fenômeno, foram os empreendedores do setor comercial do município de Laranja da Terra, localizado na região serrana do Espírito Santo (E.S.). Além disso, utilizou como instrumento um questionário com perguntas previamente elaboradas, via entrevistas diretas.

Inicialmente foram realizadas três entrevistas com proprietários/gestores de empresas comerciais, a fim de validar o instrumento de pesquisa no que tange a sua aplicabilidade, utilidade e eficácia na coleta de informações. Validados estes atributos, o questionário foi aplicado ao restante da amostra, por meio de abordagens diretas em visitas pré-agendadas aos estabelecimentos comerciais dos empreendedores – todos eles proprietários e gestores responsáveis das empresas. Nesta etapa pretendeu-se identificar as características socioeconômicas dos empresários, o perfil das empresas, assim como o nível de conhecimento e aplicação do Princípio da Entidade.

O universo da pesquisa era composto por 80 (oitenta) empresas comerciais, dado levantado junto ao único escritório contábil existente no município em setembro de 2011, todas contratavam os serviços deste escritório. A fim de identificar a amostra a ser pesquisada, optou-se pelo critério de conveniência, ou seja, foram entrevistados os empreendedores/gestores que possuíam interesse e disponibilidade, o que configura uma amostra não probabilística. Utilizando este critério o questionário foi aplicado em 62,5% da população, ou seja, a 50 empresas comerciais do município.

Os resultados evidenciaram que a maioria quase absoluta (98% dos entrevistados) não manifesta possuir qualquer conhecimento sobre o conceito de Princípio da Entidade. Por outro lado, as questões que avaliaram conhecimentos práticos, abordando situações típicas de muitas empresas, envolvendo o Princípio da Entidade, demonstram que os empreendedores possuem razoável percepção de que deve existir uma diferenciação entre o patrimônio dos proprietários e o das empresas. Quando questionados sobre suas práticas frente aos mesmos problemas, relataram, na maioria das vezes, executar condutas não alinhadas com o Princípio da Entidade, demonstrando um descompasso entre conhecimento das condutas adequadas e a prática executada.

Espera-se com este estudo, além do objetivo principal, incentivar empresários e entidades de classe no aprimoramento de conhecimentos e práticas relacionadas à boa gestão de recursos financeiros das empresas e, por conseguinte, uma melhora na qualidade da informação contábil, além de estimular outras pesquisas sobre o tema.

O trabalho está estruturado em partes que pretendem, primeiramente, evidenciar as bases teóricas que dão sustentação a pesquisa. Na sequência, serão apresentados e analisados os resultados obtidos dos dados primários, coletados e organizados. A parte final é constituída pelas principais conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Princípios contábeis

Na fixação de normas de informação contábil os princípios são macro-regras que orientam a tudo (Sá, 2008). Conforme Franco (1997, p. 56) “os princípios, quando entendidos como preceitos fundamentais de uma ciência são imutáveis, quaisquer que sejam as

circunstâncias de tempo ou lugar em que uma doutrina é estudada”. O autor complementa afirmando que os princípios “(...) não são estabelecidos por doutrinadores ou por profissionais, pois já são intrínsecos à própria natureza da ciência e independem da vontade de quem a estuda”.

A Resolução do CFC nº 1.282/10, Artigo 3º, que alterou a Resolução CFC nº 750/93, determina que “são Princípios de Contabilidade: I) o da Entidade; II) o da Continuidade; III) o da Oportunidade; IV) o do Registro Pelo Valor Original; V) o da Competência; VI) o da Prudência”.

Cada princípio contribui para um seguro norteamento da atividade contábil e, conseqüentemente, elevam a confiabilidade das informações geradas para controle e tomada de decisão dos usuários destas informações, desde que respeitadas suas peculiaridades.

O Princípio da Entidade significa um marco histórico para área contábil ao caracterizar “a aceitação da personalidade própria da entidade, distinta da dos sócios que a compõem” (Iudícibus, 1998, p. 29).

Por sua vez, o Princípio da Continuidade considera que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância (CFC, 2010). Para Iudícibus (1998, p. 29), “a continuidade das atividades operacionais de uma entidade deve ser presumida indefinida pela Contabilidade, até que surjam evidências em contrário bastante fortes (...)”.

O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas (CFC, 2010).

Segundo a Resolução CFC nº 1.282/10, o Princípio do Registro pelo Valor Original está consubstanciado no art. 7º, prevendo que “os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional”.

Conforme o art. 9º (CFC, 2010), que trata sobre o Princípio da Competência, “as receitas e despesas devem ser reconhecidas nos períodos a que se referem, independentemente de recebimento ou pagamento”.

O art. 10º (CFC, 2010) explicita em seu texto que o Princípio da Prudência “determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido”.

2.2 A entidade contábil e o princípio da entidade

Uma entidade contábil pode ser definida como uma “unidade econômica que exerce controle sobre recursos, aceita responsabilidades por assumir e cumprir compromissos e conduz a atividade econômica”. Podendo ser caracterizada como “um indivíduo, uma sociedade por quotas ou uma sociedade por ações ou grupo consolidado envolvido em atividades com ou sem fins lucrativos” (Hendriksen; Breda, 1999, p. 104).

O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio das entidades. A contabilidade é mantida para as entidades e deve registrar os atos e fatos administrativos referentes a ela, separando-se o patrimônio da entidade do patrimônio do(s) proprietário(s) (Iudícibus, 2006). O princípio da entidade tem a função de concretizar tal objetivo (Kanitz *et al*, 2006).

Franco (1997, p. 36) define a entidade como “um patrimônio sob a ação administrativa do homem, que sobre ele age praticando atos de natureza econômica, seja esse patrimônio de propriedade pública ou privada, com finalidades sociais, econômico-sociais ou econômicas”.

O princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a sua autonomia patrimonial, ou seja, o patrimônio da entidade não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. “Por consequência,

nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição” (CFC, 2010, art. 4º).

A base de conservação do princípio da entidade está na autonomia do patrimônio a ela pertencente. A autonomia tem por implicação o fato de que o patrimônio de uma Entidade jamais pode confundir-se com aqueles dos seus sócios ou proprietários. Sendo assim, a Entidade poderá ser desde uma pessoa física, ou qualquer tipo de sociedade, instituição ou mesmo conjunto de pessoas. Já o patrimônio, na condição de objeto da Contabilidade, é, no mínimo, aquele que juridicamente pertence à entidade, com ajustes tanto qualitativos como quantitativos realizados em concordância com os princípios da contabilidade, pois sem autonomia patrimonial fundada na propriedade, os demais princípios perdem seu sentido, ou seja, passariam a referir-se a fatos duvidosos (Iudícibus *et al*, 2000).

Importante salientar que, entre a maioria dos organismos e autores do pensamento contábil não existe consenso na definição de entidade (Azevedo, 2010). Alguns autores demonstram o conceito de entidade como um postulado, muito próxima de um axioma (Lopes; Martins, 2005; Iudícibus, 2006). Por outro lado, Azevedo (2010), argumenta que o conceito de entidade para a contabilidade, talvez não devesse ser considerada como um axioma, ou seja, uma verdade puramente intelectual, mas que tal categorização deva estar mais próxima dos “(...) postulados ou princípios, uma vez que parecem ser conceitos complexos o bastante, requerendo algum nível de conhecimento prévio, seja por experiência, ou confirmados por tal” (Azevedo, 2010, p. 140).

Lopes e Martins (2005) ponderam que, na aplicação prática da contabilidade, a categorização hierárquica atribuída a postulados e princípios pode não possuir muito sentido, porém os autores afirmam que no campo científico tal classificação é de suma importância. Enquanto Sá (2002, p. 144) é categórico ao afirmar que “a expressão ‘entidade’ se faz incompetente para representar, como conceito, o que é a azienda”, e complementa que foi inadequadamente adotado, o termo entidade, por anglo-saxões e, no Brasil, pelo CFC.

Não obstante a todas essas discussões, a presente pesquisa, utilizará a terminologia “Princípio”, seguindo a nomenclatura do CFC (2010), que o coloca como norteador de uma importante macro-regra contábil, e em especial para esta pesquisa, um norteador necessário para práticas de gestores, assim como adotado no trabalho de Oliveira e Leite Filho, (2006); e no trabalho de Lucena e Lucena (2010).

2.3 Gestão de empresas e princípio da entidade

Em sua essência, o Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma que este deve conter autonomia patrimonial, ou seja, deve haver diferenciação entre os patrimônios existentes (CFC, 2010). Sendo assim, a não observância deste princípio pode implicar em sérias consequências na correta evidenciação da situação patrimonial necessária para tomada de decisão, podendo acarretar em dificuldade financeira para os empreendimentos e até comprometer sua continuidade (Oliveira; Leite Filho, 2006; Lucena; Lucena, 2010).

Resnik (1990, p. 3) destaca que, “a boa administração é responsável pelo sucesso da pequena empresa”. O autor assevera que, na maioria das vezes, a má administração é mais determinante para o fracasso do empreendimento do que fatores como a economia, a concorrência, a instabilidade dos clientes ou o contratempo. Constatou que a segurança da sobrevivência e da competitividade dessas empresas está nas mãos dos gestores que devem conduzir a organização para das mesmas. Na administração dessas empresas o poder de decisão normalmente é centrado no gestor, muitas vezes, o proprietário, que assume total responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, utilizando instrumentos como o planejamento

e o controle. Porém, Resnik (1990, p. 8-9) cita ainda que “o proprietário-gerente da pequena empresa pode mostrar uma aversão perigosa aos processos básicos de administração”.

No intuito de compreender a prática dos gestores no tocante ao princípio da entidade, Oliveira e Leite Filho (2006) abordaram fatores que determinam a não aplicação desse princípio pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros – M.G. No mesmo sentido, Lucena e Lucena (2010) buscaram compreender quais motivos influenciam a não aplicação do Princípio da Entidade pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Campina Grande – P.B. Ambas as pesquisas chegaram a conclusões semelhantes, ou seja, foram constatados indícios de que empresários que não aplicam corretamente o princípio da entidade sofrem mais necessidades financeiras que aqueles que o respeitam e aplicam. O trabalho de Paganotto *et al* (2007) foi uma investigação sobre o nível de conhecimento e observância da aplicação dos Princípios Fundamentais de contabilidade em escritórios de contabilidade. A investigação foi realizada em escritórios de contabilidade e constatou que o princípio mais difícil de ser colocado em prática é o princípio da entidade. A maioria dos entrevistados, nos escritórios de contabilidade, considerou que os dados passados por seus clientes não condizem com a realidade da empresa, o que lhes impossibilita gerar uma informação mais adequada para tomada de decisão.

Em suma, espera-se que o gestor de uma organização possua conhecimentos suficientes de temas e normas relacionados à administração e a contabilidade, para que os utilize na gestão do empreendimento, e entre estes temas e normas o Princípio da Entidade.

3 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA, DOS RESULTADO E ANÁLISE DO RESULTADOS

A primeira parte desta etapa do trabalho a descrição metodologia. O método de pesquisa adotado foi o *Survey*, que para Freitas *et al* (2000, p. 105-106) é recomendado quando “o interesse é produzir descrições quantitativas de uma população” e quando “o ambiente natural é a melhor situação para estudar o fenômeno de interesse”.

Quanto ao propósito, pode ser classificada como descritiva, que, segundo Vergara (1998), possibilita identificar e expor características de uma determinada população e/ou fenômeno. O fenômeno a ser abordado e identificado será o nível de conhecimento e aplicação do Princípio da Entidade, e a população estudada, para compreender suas percepções e práticas sobre o fenômeno, foram os empreendedores do setor comercial do município de Laranja da Terra, localizado na região serrana do E.S.

Além disso, utilizou como instrumento um questionário com perguntas previamente elaboradas, via entrevistas diretas. Inicialmente foram realizadas três entrevistas com proprietários/gestores de empresas comerciais, a fim de validar o instrumento de pesquisa no que tange a sua aplicabilidade, utilidade e eficácia na coleta de informações. Validados estes atributos, o questionário foi aplicado ao restante da amostra, por meio de abordagens diretas em visitas pré-agendadas aos estabelecimentos comerciais dos empreendedores.

O universo da pesquisa era composto por 80 (oitenta) empresas comerciais, dado levantado junto ao único escritório contábil existente no município em setembro de 2011, todas contratavam os serviços deste escritório.

A fim de identificar a amostra a ser pesquisada, optou-se pelo critério de conveniência, ou seja, foram entrevistados os empreendedores/gestores que possuíam interesse e disponibilidade, o que configura uma amostra não probabilística. Utilizando este critério o questionário foi aplicado em 62,5% da população, ou seja, a 50 empresas comerciais do município.

3.1 Perfil dos empreendedores

Nesta parte serão apresentadas as questões que visam identificar o perfil dos empreendedores das organizações, sendo que todos entrevistados eram proprietários e empreendedores responsáveis pelas empresas comerciais.

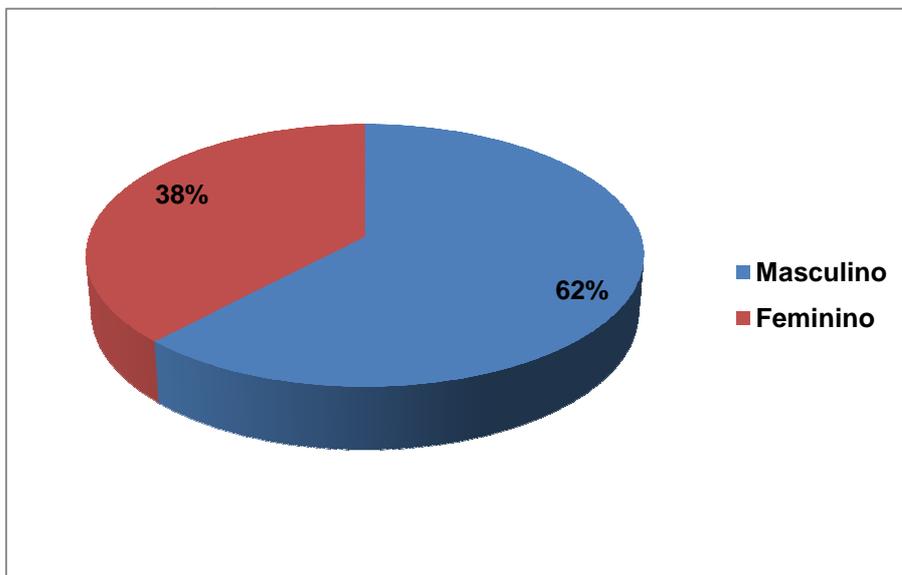


Figura 1. Perfil dos empreendedores quanto ao gênero.

Fonte: Dados da pesquisa.

Após o tratamento dispensado aos dados obtidos, percebe-se a predominância de empreendedores do gênero masculino com 62% na condução dos negócios e a feminina em 38%.

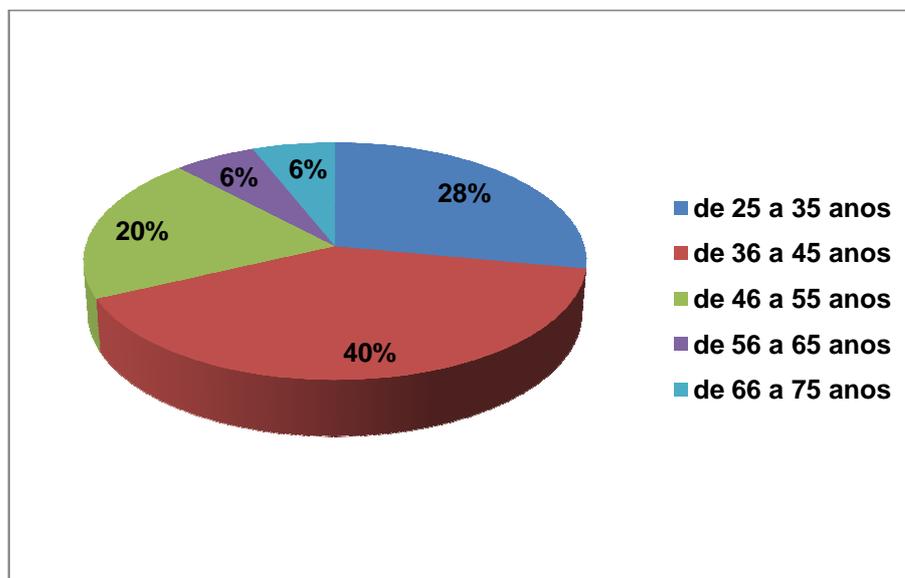


Figura 2. Perfil dos empreendedores quanto à idade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à idade, a figura 2 demonstra que a maioria dos empreendedores entrevistados (20 de um total de 50) possui faixa etária entre 36 e 45 anos, ou seja, 40% dos entrevistados.

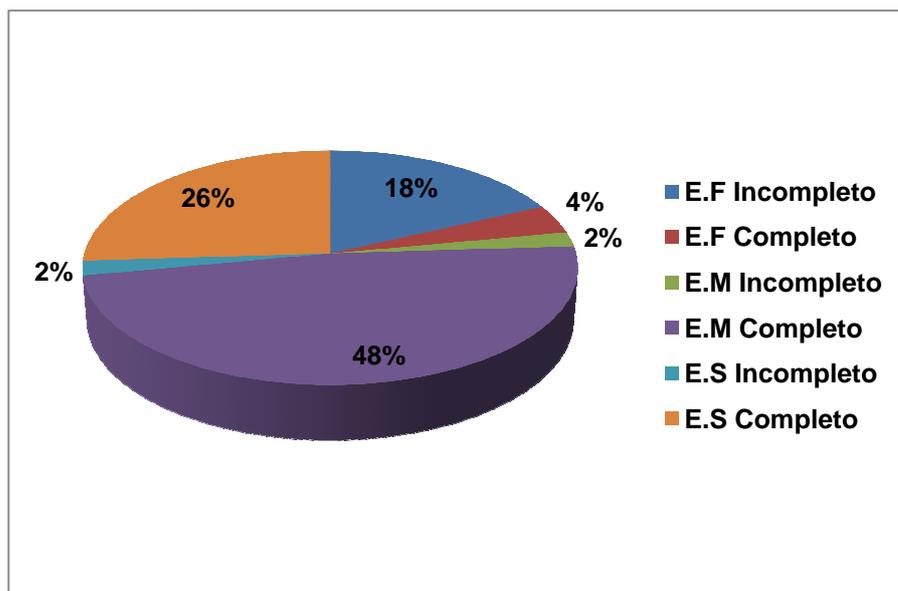


Figura 3. Perfil dos empreendedores quanto escolaridade.

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito à escolaridade, a pesquisa revelou que quase metade dos entrevistados, ou seja, 48% possui o ensino médio completo e 26% possui nível superior completo.

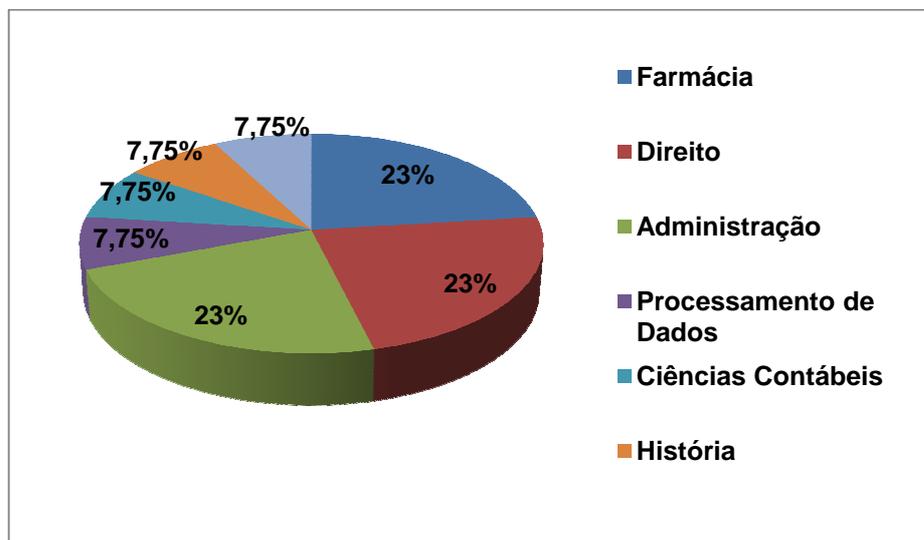


Figura 4. Perfil dos cursos superiores dos empreendedores graduados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os 26% que possuem o nível superior completo (13 em um total de 50), 3 (23% dos graduados) são formados em Direito, 3 (23% dos graduados) em Administração de Empresas e 3 (23% dos graduados) em Farmácia. Os 4 restantes são formados em cursos distintos, sendo um comerciante formado em Processamento de Dados, um formado em Ciências Contábeis, um formado em História e um formado em Análise de Sistemas.

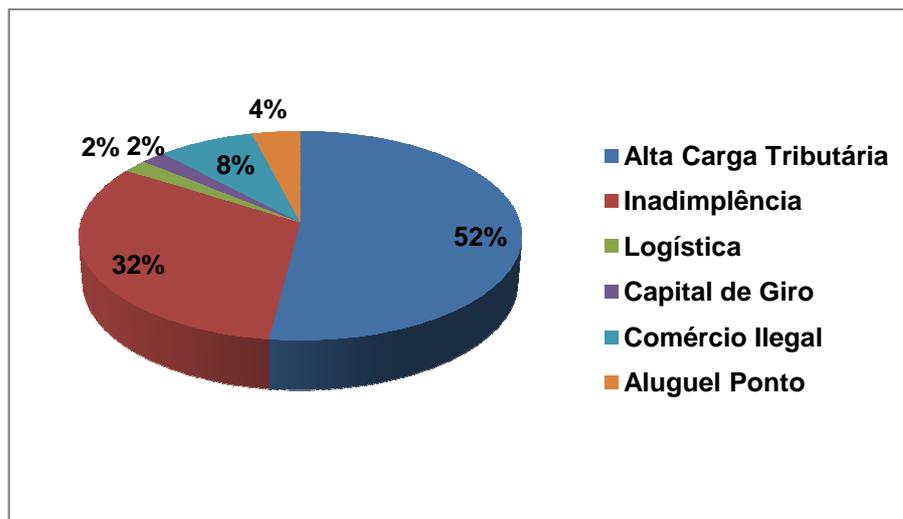


Figura 5. Maiores dificuldades encontradas pelos empreendedores na administração do negócio.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados a respeito de qual seria a maior dificuldade encontrada na administração do negócio, 52% (26 do total de 50) responderam que a alta carga tributária, confirmando não só a crença que o empresário tem de que a carga tributária brasileira é o principal entrave no caminho do sucesso de seus negócios, mas também que o sistema tributário brasileiro é severo com os empresários. Na segunda colocação ficou a inadimplência com 32% (16 do total de 50). Esses resultados estão em conformidade com os encontrados por Oliveira e Leite Filho (2006) e Lucena e Lucena (2010).

3.2 Perfil das Empresas

A seguir serão apresentadas três figuras que demonstram alguns aspectos relacionados ao perfil da empresa.

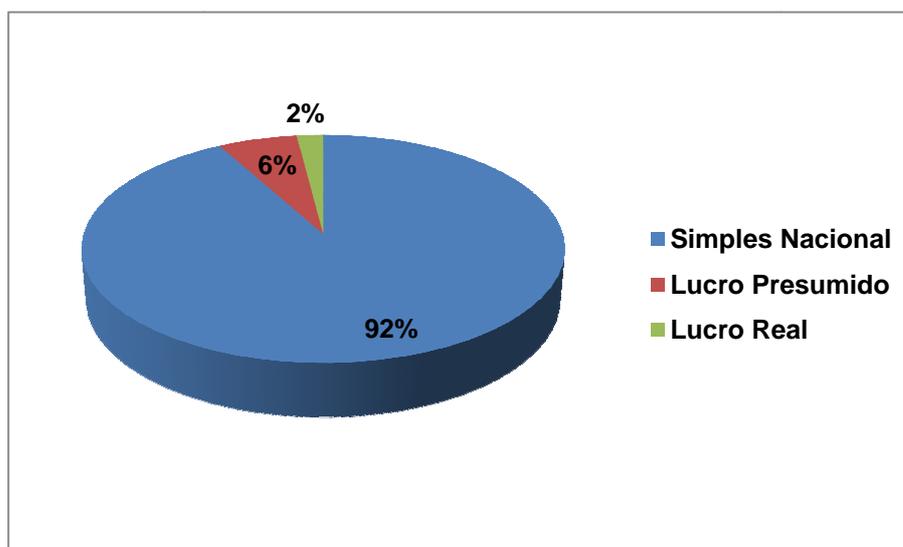


Figura 6. Perfil das empresas quanto ao regime de tributação.

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere ao regime de tributação das empresas, 92% são optantes pelo Simples Nacional, 6% pelo Lucro Presumido e 2% pelo Lucro Real.

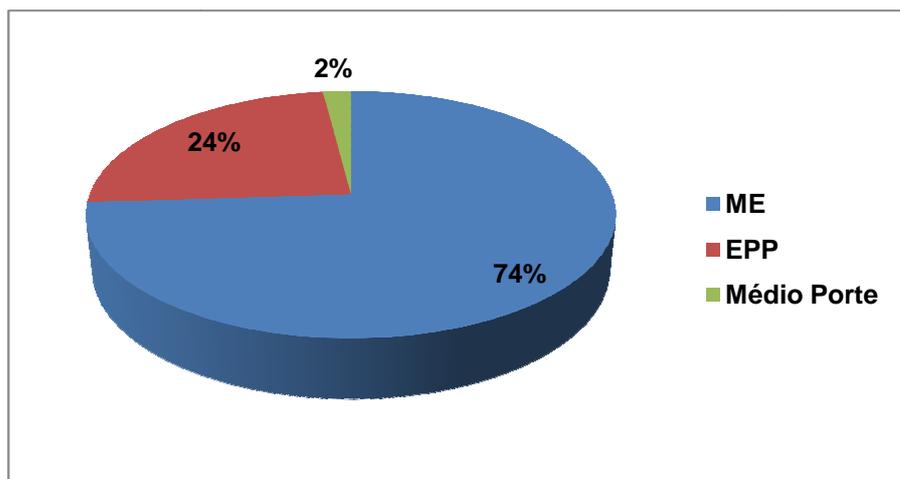


Figura 7. Perfil das empresas quanto ao porte.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na classificação das empresas ao porte, ou seja, o tamanho, percebe-se que as ME representam a maioria com 74%, enquanto as EPP somam 24% e apenas uma de Médio Porte, com 2% do total.

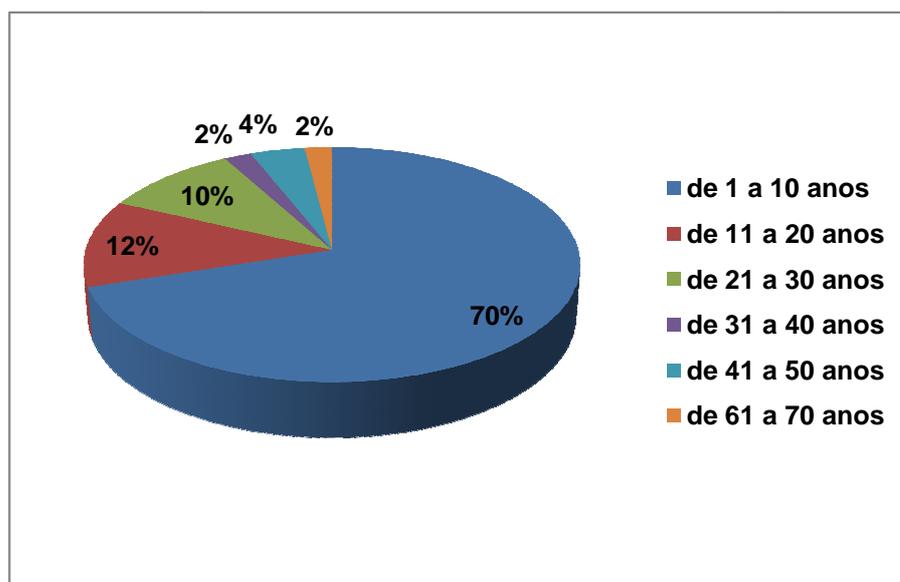


Figura 8. Perfil das empresas quanto ao tempo de atuação.

Fonte: Dados da pesquisa.

O tempo de atuação das empresas em sua maioria, ou seja, 70% é de 1 a 10 anos, demonstrando que grande parte possui curta experiência no mercado.

3.3. Avaliação do conhecimento dos empreendedores sobre o princípio da entidade

Para avaliar o nível de ciência dos empreendedores sobre o Princípio em questão, os participantes foram questionados se possuíam algum conhecimento sobre o termo “Princípio da Entidade”, mesmo que apenas tenham ouvido falar dele.

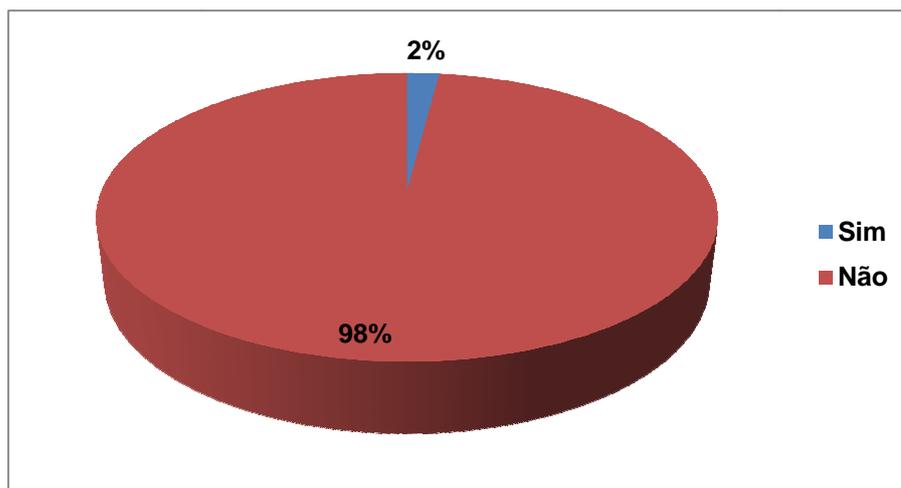


Figura 9. Conhecimento da amostra sobre o conceito de Princípio da Entidade.
 Fonte: Dados da pesquisa.

Da amostra entrevistada, 98% (49 do total de 50), responderam à alternativa “não”, demonstrando ser baixo o nível de conhecimento da amostra estudada, e não possuir uma definição do que possa ser esse princípio, apesar de serem encontrados empreendedores com formação superior em áreas como Administração e Ciências Contábeis. Apenas 2% da amostra (1 do total de 50) respondeu a alternativa “sim”, e afirma conhecer.

Os resultados demonstram que a maioria quase absoluta não manifesta possuir qualquer conhecimento sobre o termo Princípio da Entidade.

3.4 Avaliações do nível de conhecimento e aplicação do princípio da entidade

Para analisar de maneira mais minuciosa o nível de conhecimento do Princípio da Entidade pelos empreendedores de empresas comerciais de Laranja da Terra, o questionário conteve seis afirmações sobre situações possivelmente reais, em que os empreendedores deveriam escolher, numa escala de *Likert* pré-determinada de cinco possíveis respostas, que vão de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”.

Tais afirmações foram elaboradas com o intuito de, a partir das respostas, perceber o conhecimento implícito que os mesmos têm sobre o Princípio da Entidade, ou seja, embora a maioria tenha respondido não conhecer o referido Princípio (Figura 9), a pesquisa desejava perceber se numa situação prática os empreendedores conheceriam posturas alinhadas com o princípio aqui estudado.

As afirmações de 1 a 6 sugerem condutas não condizentes com o princípio da entidade, ou seja, caso as respostas sejam de discordância (discordo totalmente ou discordo), teríamos um resultado que evidenciaria um conhecimento, mesmo que implícito, sobre as condutas alinhadas com do princípio em questão.

É possível identificar na tabela 1 que as afirmações 1, 3 e 4 tem larga maioria de discordantes, ou seja, sugerem uma maioria com conhecimento de conduta condizente com os preceitos do Princípio da Entidade, a afirmação 6 tem resultado quase que empatado entre discordantes e concordantes e as afirmações 2 e 5 sugerem condutas preocupantes, ou seja, a maioria concorda com práticas pouco adequadas ao Princípio.

Também é possível perceber que em algumas situações os empreendedores possuem concepções de condutas divergentes com o que seria adequado e alinhado com os preceitos do Princípio da Entidade, ou seja, mesmo o conhecimento implícito sendo limitado demonstra uma situação melhor que a obtida na figura 9.

Tabela 1: Afirmativas para avaliação do conhecimento de condutas apropriadas ao Princípio da Entidade.

Questões	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Nem Discordo/Nem Concordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente	Total
1 Utilizar cheques da empresa para pagamento de despesas pessoais dos sócios.	56%	16%	2%	26%	0%	100%
2 O sócio utilizar dinheiro próprio (pessoal) para pagamentos de contas da empresa, como mercadorias e duplicatas, quando a empresa não possui dinheiro suficiente.	18%	16%	0%	64%	2%	100%
3 As contas pessoais dos sócios como água, luz e telefone, serem pagas com dinheiro da empresa.	54%	22%	0%	22%	2%	100%
4 O IPVA ou o IPTU dos bens dos sócios serem pagos com dinheiro da empresa.	52%	20%	0%	28%	0%	100%
5 Comprar materiais de uso particular dos sócios usando o nome da empresa. (ex.: geladeira, televisão, carro).	32%	12%	2%	52%	2%	100%
6 Aplicar as sobras financeiras da empresa no patrimônio pessoal dos sócios. (ex.: compra de casa, apartamento, terreno).	26%	22%	2%	50%	0%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Por outro lado, as perguntas de 7 a 12 questionam a respeito do desempenho prático frente a situações que envolvam o Princípio da Entidade, ou seja, perguntam com que frequência os empreendedores adotam posturas condizentes, ou não, a respeito do Princípio em questão.

As perguntas foram elaboradas a partir das afirmações contidas na tabela 1, e cada uma delas contém, numa escala de *Likert* pré-determinada de cinco possíveis respostas, que vão de “sempre” a “nunca”.

Espera-se que as respostas sejam de tendência negativa (“nunca”), nesse caso o resultado indicaria um alinhamento com o Princípio da Entidade no que se refere às práticas dos empreendedores em situações reais.

Os resultados são demonstrados na tabela 2:

Tabela 2: Questões para avaliação do desempenho efetivo de práticas apropriadas ao Princípio da Entidade.

Questões	Sempre	Quase Sempre	Nem Sempre/Nem Nunca	Quase Nunca	Nunca	Total
7 Com que frequência você utiliza cheques da empresa para pagamento de despesas pessoais?	0%	10%	28%	18%	44%	100%
8 Com que frequência você utiliza dinheiro próprio (pessoal) para pagamento de contas, mercadorias e duplicatas da empresa?	2%	8%	40%	18%	32%	100%
9 Com que frequência às contas de água, luz e telefone pessoais dos sócios são pagos com dinheiro da empresa?	6%	26%	4%	10%	54%	100%
10 Com que frequência o IPVA ou o IPTU dos bens dos sócios são pagos com dinheiro da empresa?	10%	22%	8%	6%	54%	100%
11 Com que frequência você compra materiais de uso particular no nome da empresa? (ex.: geladeira, televisão, carro, entre outros).	6%	16%	26%	14%	38%	100%
12 Com que frequência as sobras financeiras são aplicadas no patrimônio dos sócios? (ex.: compra de casa, apartamento, terreno, entre outros).	0%	30%	18%	10%	42%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas nas questões 9 e 10 a maioria dos respondentes declaram nunca praticar as situações sugeridas nas perguntas e mesmo assim com um percentual pouco acima da metade, nas duas perguntas 54% dos respondentes marcaram a opção “nunca”, ou seja, em quase todas situações questionadas a maioria dos empreendedores indicam práticas não alinhadas com o Princípio da Entidade.

4 CONCLUSÃO

Objetivou-se com o estudo apresentado, identificar o nível de conhecimento e aplicação do Princípio da Entidade pelos empresários do setor comercial de Laranja da Terra, município da região serrana do E.S. O instrumento de coleta de dados foi o questionário e a pesquisa obteve a participação de 50 empreendedores. Conforme verificado, constatou-se que a maioria é composta por homens, com idade de 36 a 45 anos e quase metade possui o ensino médio completo. Consideram as maiores dificuldade na administração do negócio a alta carga tributária com 52% e a inadimplência com 32%. Quanto ao perfil das empresas a maioria adota o Simples Nacional como modalidade tributária, são micro empresa e possuem até 10 anos de experiência no mercado.

Em resposta a problemática central da pesquisa, observou-se um altíssimo desconhecimento, 98% dos empreendedores entrevistados demonstraram não ter conhecimento explícito sobre o Princípio da Entidade, porém ao serem questionadas sobre questões práticas a respeito do Princípio estudado, que ocorrem no cotidiano da gestão do negócio, foi possível perceber que em algumas situações os empreendedores/gestores possuem concepções adequadas e alinhadas com os preceitos do Princípio da Entidade, ou

seja, mesmo o conhecimento implícito, caracterizado pela prática, seja limitado (Tabela 1), ainda assim demonstra uma situação melhor que a obtida na questão aplicada para avaliar o nível de conhecimento explícito (Figura 9) sobre o Princípio da Entidade.

Já o desempenho prático frente a situações que envolvam o Princípio da Entidade (Tabela 2), demonstrou que na maioria das situações questionadas os empreendedores indicam condutas nem sempre alinhadas com o Princípio da Entidade.

Possivelmente o resultado mais intrigante é o alto número de empreendedores que indicam não possuir uma definição do que possa ser esse princípio, apesar de vários empreendedores possuírem formação superior em Administração e Ciências Contábeis, o que parece ser o único atributo do perfil dos empreendedores possivelmente associado a um conhecimento e/ou conduta explicitada por eles. Também é evidente o descompasso demonstrado nos resultados sobre questões práticas, ou seja, fica evidente que boa parte dos empreendedores admite e reconhecem a importância de condutas alinhadas ao Princípio da Entidade, mas não as adotam.

Espera-se com este estudo incentivar empresários e entidades de classe no aprimoramento de conhecimentos e práticas relacionadas a boa gestão de recursos financeiros das empresas e, por conseguinte, uma melhora na qualidade da informação contábil.

Como sugestão para outras pesquisas recomenda-se estudos avaliativos do impacto no resultado e continuidade das entidades, ou seja, seria o cumprimento do princípio da entidade um fator relevante na continuidade e/ou no lucro das organizações?

5 REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, R. F. L. (2010, July-December). Entidade e Continuidade: reflexões sobre a base conceitual e a estrutura hierárquica dos Postulados e Princípios da Contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 7(14), 137-158, UFSC, Florianópolis.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. (1993). *Resolução CFC n.º 750/93*, Brasília.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. (2010). *Resolução CFC n.º 1.282/10*, Brasília.
- CHOW, C. W.; HARRISON, P. D. (2002). Identifying meaningful and significant topics for research and publication: a sharing of experiences and insights by “influential” accounting authors. *Journal of Accounting Education*, 20, 183-203.
- FRANCO, H. (1997). *Contabilidade Geral*. São Paulo: Atlas.
- FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL A. Z.; MASCAROLA, J. (2000, July-September). O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, 35(3), 105-112.
- HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V. (1999). *Teoria da contabilidade*. (5th. ed.). São Paulo: Atlas.
- IUDÍCIBUS, S. (1998). *Análise de balanços*. (7th. ed.). São Paulo: Atlas.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. (2000). *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável, às demais sociedades*. (5th. ed.). São Paulo: Atlas.
- IUDÍCIBUS, S. (2006). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. (2002). *Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação*. (3rd. ed.). São Paulo: Atlas.

- KANTZ, S. C.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. (2006). *Contabilidade introdutória: equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP*. São Paulo: Atlas.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. (2005). *Teoria da Contabilidade: Uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas.
- LUCENA, S. L.; LUCENA, W. G. L. (2010). Os motivos que influenciam a não aplicação do princípio da entidade pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Campina Grande–PB. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, 29(1), 49-61.
- OLIVEIRA, L. L.; LEITE FILHO, G. A. (2006). Estudo dos fatores que determinam a não aplicação do princípio da entidade pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros–MG. In *6º CONGRESSO USP CONTABILIDADE E CONTROLADORIA*, São Paulo.
- PAGANOTTO, J. F.; ROSSONI, E. P.; RIBEIRO FILHO, J. F. (2007, May-August). Uma investigação sobre o nível de conhecimento e observância da aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade em escritórios de contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, 1(2), 94-110.
- RESNIK, P. (1990). *A bíblia da pequena empresa*. São Paulo: McGraw-Hill/Makron Books.
- SÁ, A. L. (2002). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- SÁ, A. L. de. (2008). *Fundamentos da contabilidade geral*. Curitiba: Juruá.
- VERGARA, S. C. (1998). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2 ed. São Paulo: Atlas.